

Descolonização epistemológica: desafiando a hegemonia do conhecimento e reconstruindo saberes pluriversais

NÁTALY JUBANSKI*

EMILY DE SIQUEIRA DIEDRICHS**

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em examinar o impacto da história da colonização na geração de disparidades sociais, especialmente aquelas relacionadas à construção sociopolítica da raça, que é utilizada para estabelecer diferenciações e hierarquias nas interações sociais. Além disso, busca-se analisar como a colonialidade continua a se manifestar na perpetuação do racismo no Brasil, a fim de fornecer uma base para sua desconstrução, por meio de perspectivas decoloniais. Para isso, adotou-se o método dedutivo de pesquisa, incluindo a análise documental indireta de livros e periódicos científicos especializados. Os resultados revelam que as consequências da ideologia de raças têm perdurado ao longo dos séculos, atravessando períodos históricos e moldando as estruturas sociais, étnicas, linguísticas e culturais que caracterizam as sociedades.

Palavras-chave: raça, colonialidade, discriminação racial, perspectivas decoloniais.

Epistemological decolonization: challenging the hegemony of knowledge and reconstructing pluriversal knowledges

Abstract: The aim of this article is to examine the impact of the history of colonization in the generation of social disparities, especially those related to the sociopolitical construction of race, which is used to establish differentiations and hierarchies in social interactions. Furthermore, it seeks to analyze how coloniality continues to manifest itself in the perpetuation of racism in Brazil in order to provide a basis for its deconstruction through decolonial perspectives. To this end, the deductive method of research was adopted, including indirect documentary analysis of books and specialized scientific journals. The results reveal that the consequences of race ideology have persisted throughout the centuries, crossing historical periods and shaping the social, ethnic, linguistic, and cultural structures that characterize societies.

Key words: race, coloniality, racial discrimination, decolonial perspectives.



* NÁTALY JUBANSKI é Pós-Graduanda em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Pós-Graduada Lato Sensu em Direito Aplicado pela Escola da Magistratura do Paraná – EMAP. Graduada em Direito pelo Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais - CESCAGE.



** EMILY DE SIQUEIRA DIEDRICHS é Mestranda em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Pós-Graduanda Lato Sensu em Direito Civil, Empresarial e Processo – LEGALE EDUCACIONAL. Pós-Graduada Lato Sensu em Direito e Processo do Trabalho pela Escola Brasileira de Direito – EBRADI. Graduada em Direito pelo Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais - CESCAGE.

Introdução

O colonialismo deixou um legado extenso e profundo, cujos efeitos ainda reverberam na sociedade contemporânea, como é o caso do persistente problema do racismo. A concepção de raça, inicialmente utilizada como uma forma de diferenciação entre grupos humanos, foi posteriormente manipulada de maneira perversa pelos colonizadores europeus, servindo como justificativa para a opressão e a dominação de outras populações. Essa prática foi impulsionada pelo eurocentrismo, uma ideologia colonizadora que estabeleceu a supremacia do homem branco europeu sobre as demais raças, etnias e culturas, deixando marcas profundas na construção cultural brasileira que perduram até os dias de hoje.

Nesse contexto, surge a problemática que orienta este artigo: de que forma o discurso e a estrutura social eurocêntrica perpetuam o racismo, a discriminação e a exclusão social das minorias étnicas? Além disso, como a perspectiva decolonial pode contribuir para dismantelar esses padrões de pensamento e práticas opressivas?

É evidente que a estrutura social eurocêntrica tende a negligenciar as perspectivas, experiências e necessidades das minorias étnicas, resultando em políticas discriminatórias, acesso limitado a serviços públicos de qualidade, educação precária e falta de oportunidades profissionais dignas. Por outro lado, a perspectiva decolonial oferece uma abordagem crítica para descolonizar tanto o pensamento quanto as práticas eurocêntricas.

A perspectiva decolonial busca desconstruir a noção de superioridade das culturas e povos europeus, destacando a importância da justiça

social e da igualdade de oportunidades para todos. Ela busca o reconhecimento da diversidade cultural e valoriza as perspectivas e conhecimentos das diferentes culturas. Isso implica na necessidade de desenvolver políticas públicas que levem em consideração as necessidades e perspectivas das minorias étnicas, enquanto se combate ao racismo e a discriminação em todas as suas formas.

O objetivo deste estudo é estabelecer uma conexão entre o contexto histórico do colonialismo e suas implicações na estruturação das desigualdades raciais, além de examinar as perspectivas teóricas e contribuições decoloniais para a compreensão do racismo, da discriminação racial e da intolerância.

A relevância social dessa pesquisa reside na necessidade premente de compreender as raízes históricas e sociais dessas questões, que continuam a afetar desproporcionalmente as minorias étnicas. Ao iluminar essas questões, busca-se contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa, promovendo a igualdade de oportunidades e valorizando a diversidade cultural. Para alcançar esse objetivo, serão utilizados estudos que evidenciam as disparidades raciais presentes na sociedade contemporânea.

1. Colonialidade e hegemonia: a persistência das estruturas de poder e opressão na contemporaneidade

A incorporação de uma lógica de pensamento hegemônica, que tem o propósito de justificar e legitimar opressões, iniciou a partir do processo de colonização, onde visões eurocêntricas se tornaram legitimadas e impostas a sociedades subjugadas. Como resultado, conceitos como moderno/colonial, branco/negro,

orientes/ocidentes, primitivos/civilizados, ricos/pobres, centros/periferias, dentre outros similares, foram perpetuados por estruturas sociais hierárquicas, isto é, diversas classificações semelhantes são difundidas e até mesmo internalizadas por povos discriminados e oprimidos. (SILVEIRA et al., 2021)

Pode-se dizer assim, que a globalização atual é fruto do que ocorreu inicialmente na formação da América, bem como da ascensão do capitalismo moderno, um paradigma eurocentrado, o qual acabou sendo o novo modelo hegemônico de poder global. A partir desse modelo está a estratificação social da população mundial, baseada na noção de raça, se tratando de uma construção intelectual derivada da experiência de dominação colonial, que permeia diversas esferas cruciais do poder global, até mesmo a própria racionalidade eurocêntrica. Embora enraizado no colonialismo, esse pilar revelou-se surpreendentemente resistente e duradouro, transcendendo o próprio sistema colonial. Como resultado, a estrutura de poder predominante na contemporaneidade preserva elementos de colonialidade em sua composição. (QUIJANO, 2005)

Ainda que o processo de colonização tenha findado em países Africanos, Asiáticos e Americanos, as repercussões e influências do colonialismo persistiram de maneira internalizada entre os envolvidos, sendo os colonizadores e também os colonizados, fato este que desempenha um papel crucial na moldagem das ideias de elites e dos grupos sociais dominantes, os quais, impregnados de um complexo de superioridade, impõem às classes subalternas e à sociedade em geral a crença de que existe apenas um único modo de vida viável, onde as normas e valores são definidos pelas concepções

dos grupos dominantes. Como resultado, esses grupos são responsáveis por perpetuar comportamentos e políticas sociais que excluem determinados segmentos da sociedade. (ASSIS; SOUZA, 2019)

Na perspectiva de Aníbal Quijano (1997) através do conceito de colonialidade é possível explicar as consequências sociopolíticas da colonização das Américas, indo além das características específicas do colonialismo histórico e que persistem mesmo após a independência ou descolonização. O conceito busca esclarecer a ligação intrínseca entre a modernidade e a experiência colonial, destacando como as formas de dominação colonial continuam a ser perpetuadas dentro do sistema-mundo capitalista colonial-moderno. Dessa forma, através da diferenciação entre colonialidade e colonialismo surge a compreensão da persistência das estruturas de poder e subordinação mesmo após o fim das dominações coloniais, portanto, a colonização das Américas e o estabelecimento da economia-mundo capitalista fazem parte do mesmo processo histórico que iniciou no século XVI. (ASSIS, 2014)

Conforme essa perspectiva, a colonialidade é enfatizada como elemento fundamental e específico dentro do sistema global de poder capitalista. O conceito se sustenta por meio da imposição de hierarquias raciais e étnicas sobre as diversas populações do mundo, padrão de poder o qual se manifesta em todas as áreas da vida social e atua tanto em níveis tangíveis quanto subjetivos, penetrando nas dimensões diárias e estruturais da existência social. (SOUZA; PAIM, 2019)

Essa dinâmica colonial exerce uma opressão e violência sistemáticas, impondo a supremacia do pensamento europeu como único válido, além de amplificar e reforçar as coerções impostas pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado. Como resultado, ocorre a marginalização e negação dos conhecimentos e saberes detidos pelos povos indígenas, quilombolas, afro-brasileiros, ribeirinhas, ciganos, comunidades rurais, e outras minorias. No entanto, vale ressaltar que existem formas de resistência que contestam essa visão hegemônica. (SOUZA; PAIM, 2019)

A colonialidade representa, essencialmente, uma forma de prolongar o colonialismo através de outros meios, estabelecendo assim uma nova modalidade de colonialismo. Ao contrário do que muitos acreditam, a independência política das antigas colônias europeias não marcou o fim do colonialismo, mas sim a substituição de um tipo de colonialismo por outros, como o colonialismo interno, neocolonialismo, imperialismo, racismo, xenofobia, entre outros. (SANTOS, 2019)

Conforme as relações sociais se desenvolviam com base na dominação, surgiram associações entre identidades raciais e hierarquias sociais, posições e papéis correspondentes. Essas identidades raciais foram formadas e estavam intrinsecamente ligadas ao padrão de dominação predominante. Em suma, a raça e as identidades raciais foram estabelecidas como ferramentas essenciais para a classificação social da população. (QUIJANO, 2005)

A colonialidade deixou como herança mentalidades que estabelecem diferenciações e hierarquias sociais, além de uma imposição de verdades universalizadas que são sustentadas pela

hegemonia eurocêntrica. Essas ideias têm suas origens na ascensão da razão científica, a qual se uniu ao projeto de poder e exploração dos povos que foram ideologicamente subjugados. O modelo civilizatório aplicado em contextos considerados subdesenvolvidos se baseia em uma perspectiva etnocêntrica, a qual acaba por ignorar formas de ser e pensar diferentes. (SILVEIRA et al., 2021)

O processo de alienação colonial surge diante da concepção de superioridade humana e universal do europeu branco, em contraste com a desumanização e inferiorização dos colonizados, que culmina na formação de uma sociedade distorcida e corrompida. Essa sociedade mantém a mistificação racial como base da convivência social, sob o jugo do colonialismo-imperialismo, resultando na exploração e dominação dos colonizados. (SOUZA, 2020)

Ao contrário de algumas teorias que afirmam que as desigualdades no Brasil se limitam apenas à classe social, fica evidente que essas desigualdades também envolvem questões raciais, de gênero, religiosas, entre outras. No contexto específico do Brasil, o racismo está profundamente enraizado no processo de colonização e é perpetuado pela conservadora hegemonia presente no Estado e na sociedade. Portanto, o racismo é um assunto fundamental a partir da análise sobre desigualdade e violência no país. (SILVEIRA et al., 2021)

2. A criação e disseminação do racismo: uma análise das bases históricas, estruturais e decoloniais

A criação e disseminação do racismo vem de uma ideologia que justificou a desigualdade entre seres humanos não através do poder dos conquistadores, como ocorria anteriormente, mas sim

pela auferida inferioridade inata entre diferentes raças humanas. Essa ideologia encontrava expressão na biologia e no direito, fornecendo uma base para legitimar a desigualdade de posição social, tratamento, segregação espacial e direitos entre conquistadores e conquistados, senhores e escravos, colonizadores e colonizados e posteriormente entre os descendentes desses grupos que foram incluídos em um mesmo Estado nacional. (GUIMARÃES, 1999)

A abordagem da questão racial enfrenta desafios significativos, apesar da disponibilidade de dados e estudos que evidenciam seus impactos concretos, isto porque a persistência da crença na "igualdade de todos", difundida pelo mito da democracia racial associado à lógica humanista ocidental causa a falsa ideia de que o racismo não existe ou não causa danos como antes. Além disso, a própria população brasileira, em especial brancos, também são adeptos com ideais de embranquecimento, perpetuando e reforçando tais valores. (TELLES et al., 2021)

No que se refere à discriminação racial, é relevante ressaltar que ela é um fenômeno fundamentado em fatos históricos tangíveis associados a conflitos reais ocorridos ao longo da história das nações. A concepção de discriminação racial tem suas raízes na parte obscura da trajetória humana, incluindo a colonização das Américas e a subjugação dos africanos nessas regiões. Infelizmente, essa concepção persiste até os dias atuais, pois existe uma ideia equivocada de que os povos negros tiveram um papel insignificante na história da humanidade, o que é completamente falso. (BARROS; ALBRECHT, 2019)

Ao compreender o racismo como um fenômeno estruturante da sociedade moderna, é possível auferir sobre como as instituições e os processos de subjetivação são moldados pela concepção do biopoder, isto é, o poder que é exercido pelo Estado moderno sobre os sujeitos. Manifestações racistas, segregação institucional, discriminação no mercado de trabalho e a perpetuação de estereótipos e fenótipos raciais, constantemente reforçados pela mídia, são elementos que delineiam o funcionamento do racismo. Nesse sentido, é importante destacar as três principais formas de racismo observadas no dia-a-dia: o racismo subjetivo ou individual, institucional e estrutural. (MOZART; ARAUJO, 2020)

Uma das manifestações claras do racismo estrutural no dia a dia ocorre quando as instituições se ajustam e reagem a conflitos internos e externos unicamente para preservar sua existência e manter a dominação do grupo no poder. Diante dessa realidade, é cada vez mais comum a inclusão de representantes de minorias em equipes de instituições públicas e privadas quando pressões sociais questionam a legitimidade do poder institucional. No Brasil, um país onde a maioria da população é negra, a ausência de representantes desse grupo em instituições importantes gera desconfiança e pode ser interpretada como falta de renovação, retrocesso, ineficiência e até mesmo como uma negação da democracia. A falta de diversidade racial e de gênero é aceita apenas em ideologias extremamente conservadoras e de extrema-direita; caso contrário, pode resultar em danos à reputação, prejuízos financeiros e até mesmo ações judiciais. (ALMEIDA, 2019)

Além disso, a construção de uma concepção da raça estabeleceu uma associação entre a exploração e a dominação tanto da humanidade quanto da natureza. Essa ideia se baseava na crença de que certas partes da sociedade e até mesmo a própria natureza eram intrinsecamente inferiores, o que permitia sua exploração e dominação indiscriminadas. À medida que o conceito predominante do homem de origem europeia se solidificava, a noção de distinção racial encontrava uma base sólida para se estabelecer. A questão racial, portanto, é o alicerce subjacente da era moderna colonial, embora muitas vezes seja negligenciada em sua hegemonia. (CARVALHO, 2020)

A luta contra o racismo, assim, vai além de um esforço diário para superar a desigualdade, tornando-se uma postura coletiva e contínua para confrontar a distribuição desigual de privilégios. É uma busca por uma nova compreensão do mundo em termos econômicos e sociais, uma abordagem que desafia o centro de poder do imperialismo e sua influência política, jurídica, econômica e subjetiva sobre cada indivíduo negro. (GUERRA et al., 2021)

Desse modo, enfatiza-se a relevância da abordagem decolonial no contexto do racismo, que possibilita uma análise crítica das dinâmicas de poder e a formulação de soluções contextualizadas para combater as desigualdades étnico-raciais, de gênero e de classe perpetuadas pela colonialidade. Além disso, essa perspectiva oferece uma visão crítica das consequências do neoliberalismo em um cenário político caracterizado pelo surgimento de projetos autoritários, ultraconservadores e reacionários. (SILVEIRA et al., 2021)

Diante das consequências complexas geradas pelo colonialismo europeu na cultura dos povos colonizados, o pensamento decolonial busca questionar as condições de colonização na epistemologia, com o objetivo de libertar-se de todas as formas de dominação e opressão resultantes das imposições coloniais. Diversas abordagens destacam as maleficências do colonialismo, como ocorreu na exploração dos nativos no Brasil e o tráfico de povos para trabalharem em outros países da América do Sul. (NUNES et al., 2021)

3. Perspectivas decoloniais: desafios e potencialidades na busca por uma sociedade inclusiva e diversa

A fim de adquirir diferentes perspectivas além da concepção predominante da verdade ocidental moderna, é fundamental incorporar vozes que carregam subjetividades descoloniais nas discussões. Isso é necessário para permitir uma diversidade de pensamentos e teorias no enfrentamento da persistência do legado da modernidade no cotidiano. (MOREIRA, 2017)

Conforme argumentado por Andréa Máris Campos Guerra et al (2021), é fundamental que haja uma reavaliação de como práticas racistas são estruturadas, utilizando estudos críticos sobre raça, teorias decoloniais e uma compreensão crítica da branquitude. É necessário também um compromisso com a luta antirracista, com o objetivo de reconhecer, analisar e reduzir as violências infligidas aos corpos racializados. Isso implica em desenvolver um processo de escuta capaz de compreender e abordar as consequências subjetivas do racismo, além de questionar a ideia de que o sujeito branco é universal. Somente assim será possível desmontar os

sistemas estruturais e históricos de privilégios que estão presentes na sociedade.

Diante disto, os movimentos sociais desempenham um papel crucial na formação de intelectuais provenientes de diversas correntes culturais e ideológicas. Apesar de seus diálogos muitas vezes críticos e tensos, esses intelectuais estabeleceram intercâmbios com vertentes liberais, existencialistas e marxistas e essa troca de ideias e experiências é evidente na tradição de estudos decoloniais e pós-coloniais. Independentemente das diferenças, a experiência política e intelectual dos movimentos sociais serviu como fonte de inspiração para práticas políticas e pedagógicas inovadoras que questionaram de maneira contundente os fundamentos do racismo. (ALMEIDA, 2019)

O avanço atual da agenda neoliberal, com reformas que eliminam conquistas parciais em direitos e sistemas públicos estatais, evidencia uma dinâmica de hegemonia de um projeto reacionário que promove ódio, racismo e indiferença, fortalecendo um Estado penal e uma gestão econômica perversa. Nesse cenário, ao analisar criticamente os direitos humanos, paradoxalmente, surgem oportunidades para fortalecer lutas sociais democráticas e emancipatórias, requerendo a redefinição de instituições democráticas e a formação de frentes e redes de resistência. (SILVEIRA et al., 2021)

Com base na perspectiva decolonial observa-se também a necessidade em descartar determinados conceitos e ideias, como a ideia da suposta universalidade do conhecimento científico europeu e a crença em um desenvolvimento humano linear e direcionado. Em contrapartida, é importante adquirir um novo

aprendizado, valorizando a importância epistêmica dos saberes subalternos e ancestrais, os quais vem sendo negligenciados juntamente com as comunidades marginalizadas, como indígenas, pessoas negras, quilombolas, mulheres, idosos, pessoas LGBTQIAPN+, crianças, e outros grupos que foram impactados pela colonização das identidades. (SILVEIRA et al., 2021)

Indivíduos que historicamente foram marginalizados pelos sistemas de poder do colonialismo e pela noção de uma democracia racial estão lutando para encontrar espaço para suas vozes e corpos, com o objetivo de enriquecer o debate público em relação às políticas de inclusão e às iniciativas governamentais que visam superar essa estrutura. É de extrema importância que mulheres negras, homens negros e povos indígenas tenham a oportunidade de expressar suas perspectivas, proporcionando uma compreensão mais profunda das desigualdades reais presentes no país e impulsionando a criação de ações afirmativas eficazes bem como políticas públicas. (NUNES et al., 2021)

Considerações finais

A história do colonialismo e suas consequências desempenham um papel fundamental na compreensão das estruturas sociais de poder racial que ainda persistem na sociedade contemporânea. Os colonizadores europeus, ao explorarem e dominarem outros povos, estabeleceram uma mentalidade de dominação e superioridade que perdura até hoje, manifestando-se por meio do racismo estrutural, institucional e individual. A perspectiva decolonial surge como uma abordagem que busca combater essa discriminação racial.

A globalização é o resultado de um processo histórico que teve início com a formação das Américas e o surgimento do capitalismo colonial, que estabeleceu uma classificação social baseada na ideia de raça. A ideologia eurocêntrica, originada da experiência da dominação colonial, permeia várias esferas do poder global, mantendo elementos de colonialidade em sua estrutura. O colonialismo foi utilizado pelos europeus brancos como um mecanismo de invasão, expropriação e exploração de outras nações, estabelecendo uma hierarquia que os coloca no topo do sistema que eles mesmos criaram. Esses padrões de poder se manifestam em todos os aspectos da vida social, tanto materiais quanto subjetivos, influenciando as dimensões cotidianas e estruturais da existência social.

O racismo atual se manifesta de várias maneiras na sociedade, diferenciando-se do preconceito por ser um processo de hierarquização, exclusão e discriminação com base em características físicas reinterpretadas como marcas culturais internas que definem padrões de comportamento. O racismo é um fenômeno estrutural em que as condições de inferioridade e privilégio são distribuídas entre grupos raciais, reproduzindo-se nas esferas política, econômica e cotidiana. Portanto, é essencial compreender o racismo como um fenômeno que estrutura as sociedades modernas, a fim de entender como as instituições e os processos de subjetivação são moldados pela perspectiva do biopoder, ou seja, o poder exercido pelo Estado moderno sobre a vida dos indivíduos.

A abordagem decolonial se torna uma das principais fontes para fins de analisar as relações de poder bem como a influência da colonialidade na disseminação de desigualdades sociais

de maneira crítica, a abordagem possibilita ainda a formulação de soluções baseadas nas realidades locais e uma crítica às consequências do neoliberalismo e do avanço de projetos políticos autoritários, ultraconservadores e reacionários.

Diante disto, o pensamento decolonial pode ser considerado como uma abordagem em constante transformação, transgressão e insurgência contra o colonialismo/colonialidade. Seu objetivo não é simplesmente desfazer ou reverter o colonialismo em uma fase pós-colonial, mas sim superá-lo efetivamente. Para alcançar esse objetivo, é necessário descolonizar não apenas as instituições e as estruturas políticas, mas também as formas de pensar e agir das pessoas. Isso envolve valorizar e respeitar as diversidades culturais e étnicas, ampliar o acesso a oportunidades e recursos para as minorias e promover práticas que busquem a igualdade e o reconhecimento mútuo. Além do mais, é importante desconstruir a ideia de que a cultura europeia é superior e universal, reconhecendo a riqueza e a complexidade de outras culturas e tradições.

Referências

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. 1ª ed. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

ASSIS, W. F. T. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, v. 27, n. 72, p. 613-627, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300011>. Acesso em 03.05.2023.

ASSIS, W. L. dos S.; SOUZA, S. L. de. Colonialismo e desigualdades sociais: ensaio teórico para a construção de um pensamento crítico pós-colonial. **Simbiótica. Revista Eletrônica**, v. 6, n. 1, p. 159–171, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/27200>. Acesso em 03.05.2023.

BARROS, B. M. C. de; ALBRECHT, R. M. A discriminação racial no Brasil e a ascensão do povo negro: um olhar a partir dos princípios constitucionais na luta pela cidadania inclusiva. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 9, n.1, p. 14-33, 2019. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/5908>. Acesso em 28.04.2023.

CARVALHO, R. K. M. de. **Colonialidade, transmodernidade e diferença colonial: para um direito situado na periferia**. 2020. 166 p. Dissertação (Pós-Graduação em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/34085>. Acesso em 03.05.2023.

GUERRA, A. M. C. et al. Ocupação antirracista e decolonial do espaço psicanalítico. **Quaderns de Psicologia**, v. 23, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8495575.pdf>. Acesso em 28.04.2023.

GUIMARÃES, A. S. A. Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 39, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/qXBhgblSTkhCBPLrKrxQfVc/abstract/?lang=pt>. Acesso em 28.04.2023

MOREIRA, A. L. C. **Colonialidades e descolonialidades de saberes em direitos humanos para pessoas com deficiência: memórias da cooperação internacional Brasil-África**. 2017. 91 p. Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/36894/1/2017_AnaLu%C3%ADsaCoelhoMoreira.pdf. Acesso em 03.06.2023.

NUNES, D. H.; LEHFELD, L. S.; NETTO, C. E. M. A Desconstrução do Mito da Democracia Racial e o Racismo Estrutural no Brasil: Educação e Transformação Social. **Revista do Direito**, n. 63, p. 79-104, jan. 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/index>. Acesso em 01.05.2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142, 2005. Disponível em: https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em 03.05.2023.

SANTOS, B. de S. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788551304914/>. Acesso em 01.05.2023.

SILVEIRA, J. I.; NASCIMENTO, S. L.; ZALEMBRESSA, S. Z. Colonialidade e decolonialidade na crítica ao racismo e às violações: para refletir sobre os desafios educação em direitos humanos. **Educar em Revista**, v. 37, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/X3D3CtSHRk4kKkTfC9HGbHF/>. Acesso em 28.04.2023.

SOUZA, C. L. S. de. Racismo, conservadorismo e Serviço Social. **Revista Libertas**, v. 20 n. 2, p. 373-391, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32044/21572>. Acesso em 03.05.2023.

SOUZA, O. de.; PAIM, E. Antonio. Problematizando o eurocentrismo e desconstruindo o racismo por meio de práticas pedagógicas decoloniais e interculturais. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 34, p. 41-60, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/10975>. Acesso em 03.05.2023.

TELLES, J. de A.; ZAMORA, M. H. R. N.; ROZANTE, R. F. dos S. Colonialidade e racismo no Brasil: A raça em questão. **Polêm!ca**, v. 21, n. 2, p. 069-085, 2021. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/68344>. Acesso em 28.04.2023

VAREJÃO, A. et al. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decolônias**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

Recebido em 2023-06-29
Publicado em 2024-05-31-